



ATA DA 538ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO XIV PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª

REGIÃO. Ao segundo dia do mês de novembro do ano de 2013 iniciou-se, às dez horas, a 538ª Reunião Plenária do

Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região. **Presentes os conselheiros:** Alexandre Trzan Ávila, André Souza Martins,

Andris Cardoso Tibúrcio, Cláudia Simões Carvalho, Cristiano Rodrigues de Freitas, Denise da Silva Gomes, Janaina

Sant'Anna Barros da Silva, Janne Calhau Mourão, José Novaes, José Henrique Lobato Vianna, Juraci Brito da Silva, M

Helena do Rego Monteiro de Abreu, Maria da Conceição Nascimento, Marília Alvares Lessa, Maurílio Machado

Marchi, Patrick Sampaio Braga Alonso, Priscila Gomes Bastos, Rodrigo Acioil Moura, Vanda Vasconcelos Moreira e

Viviane Siqueira Martins; **Faltas justificadas:** Agnes Cristina da Silva Pala, Alexandre Nabor Mathias França, Analicia

Martins de Souza, Fátima dos Santos Siqueira Pessanha, Juliana Gomes da Silva, Luciana Affonso Gonçalves, Luciana

Vanzan da Silva, Márcia Ferreira Amêndola, Neide Regina Santos Ruffeil e Simone Garcia da Silva **PONTOS DE**

PAUTA: 1) INFORMES DA DIRETORIA; 2) INFORMES DOS GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES; Pontos de Pauta:

1) Informes da Diretoria Executiva: 1.1. Assembleia das Políticas da Administração e das Finanças (APAF): José

Novaes inicia a reunião informando que a assembleia ocorre duas vezes por ano, em maio e em dezembro, e que

cada regional envia o número de delegados conforme a quantidade de psicólogos inscritos; informa que o Conselho

Federal encaminhará três delegados e anuncia que o CRP-RJ pode enviar três delegados titulares e dois suplentes;

informa ainda que a APAF ocorrerá nos dias quatorze e quinze de dezembro e que é antecedida pela reunião dos

Conselheiros Presidentes e Tesoureiros, que ocorrerá no dia treze; por isso, estes já são considerados delegados;

complementa que pode estar presente também um convidado com expertise para falar sobre algum assunto mais

específico; Marília faz a leitura dos pontos de pauta para a APAF de dezembro; após o término, foram efetuadas as

perguntas: Vanda informa que o GT de Políticas Sócio Educativas gerou um material no Congresso Nacional de

Psicologia e que foi encaminhado ao Federal; afirma que quer unir esse material com o do Grupo Nacional e

pergunta ao José Novaes se este pode levá-lo; Rodrigo pergunta se a escolha dos delegados será feita de acordo

com os pontos de pauta pertinentes; Marília responde que deve se apostar na discussão e acha que será construtivo

se os delegados estiverem desenvolvendo o trabalho com os temas, aponta que será importante a presença da

Janne, por serem temas que atravessam os Direitos Humanos; Cristiano informa que, como um dos pontos de pauta

é sobre a COF, gostaria de estar presente, e complementa que, ano passado, o CFP enviou um documento para

pensar as questões da COF na perspectiva dos direitos humanos, e por isso fundamenta a importância desse

fortalecimento; Janne informa que não tem nenhum impedimento para ir; **Deliberação:** Plenário referenda os

seguintes nomes: como titulares os conselheiros José Novaes, Alexandre Trzan Ávila e Cristiano Rodrigues de Freitas

e suplentes, as conselheiras Janne Calhau Mourão e Maria da Conceição Nascimento; **1.2. Exame de Proficiência:**

Marília informa que os Conselhos de classe estão se reunindo para estabelecer o exame de proficiência para todas

as carreiras, nos moldes da OAB, devida à formação precária, pois a sociedade recebe um serviço inferior e o MEC

não consegue dar conta de alcançar o resultado esperado na formação dos profissionais para exercer de modo

qualificado a profissão; **1.3. Reunião com Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ):** José

Novaes informa que foi chamado para uma reunião na terça-feira, dia cinco, no CRESS, para discutir a criação do

cargo de Assistente Social e Psicólogo na Secretaria Municipal de Educação, que foi mudado por lei orgânica;

completa que aceitou o convite e mencionou a importância da participação dos sindicatos, para o qual o Conselho



de Assistência Social não está de acordo; informa que está em contato com o Marinaldo, presidente do sindicato de psicologia, há meses, para solidificar essa cadeira na Educação e ele se dispôs a participar da reunião e vai marcar um encontro com ele para maiores esclarecimentos; Juliana comenta sobre o posicionamento do CRESS por causa da autonomia do profissional e complementa que existe uma determinação para alguns fiscais fazerem os documentos de psicologia e assistência separadamente; José Novaes comenta que não sabe se é este o posicionamento institucional do CRESS; Vanda comenta que uma resolução do CEFEN institui relatórios separados dos psicólogos; Juliana complementa informando que não existe um relatório psicossocial; continua colocando que tem a impressão que a resolução é interpretada pelo CRESS sem considerar a sensibilidade do trabalho do psicólogo; Viviane coloca que o psicólogo pode fazer a visita, mas não se quer que o faça sozinho; Vanda finaliza informando que a Resolução garante que os psicólogos podem fazer o documento sozinho e garante também que o atendimento é sigiloso; **Sem deliberação; 2) Informes dos Grupos de Trabalho e Comissões: 2.1.1. Comissão de**

Orientação e Fiscalização - COF: Construção da Comissão e relação com os outros setores do CRP-RJ: Cristiano inicia a apresentação informando sobre a Comissão Gestora da COF que está prescrita e nunca funcionou, e está sendo reconstruída agora, juntamente com o Juraç; Explana sobre a MUORF – Manual Unificado de Orientação e Fiscalização; explica que a Comissão gestora deve contar com, no mínimo, dois conselheiros e mais um convidado – o estatuto não explica sobre o convidado; sugere que possua quatro colaboradores e explica que a COF possui quatro fiscais e, quando coloca o colaborador, esse poderá fazer uma dupla com a fiscal; informa que o colaborador ou o conselheiro não podem fazer a fiscalização – no caso do conselheiro, este pode, se estiver credenciado; informa que a Comissão Gestora realiza duas reuniões semanais e que, na reunião que ocorre nas sextas-feiras, das quinze às deztoito horas, acontece a supervisão das fiscais – informa que cabe à Comissão Gestora orientar as fiscais e cabe ao Plenário dar essa orientação à Comissão Gestora; o entendimento da comissão é que outros conselheiros sejam fiscais e sugere que isso inclua as Subsedes e outras comissões; em seguida explana sobre os problemas que o setor enfrenta; esclarece sobre a falta de pessoal e sugere a implementação de algumas condições mínimas para se realizar o trabalho: primeiro, a realização de concurso público; depois, julga que as Subsedes devam ter uma equipe mínima; e, por último, comenta a questão ética com o funcionário administrativo de nível um, que tem acesso a tudo; informa que não consegue aplicar na COF o que se cobra dos psicólogos; sugere como solução a criação de um cargo de confiança para ocupar esse espaço e aponta o nome da psicóloga Zarlete da Silva Faria, funcionária do CRP-RJ, hoje lotada na COTEC, como uma referência para tal cargo; outro problema que aponta é o transporte para fiscalização, que deve ser priorizado e se deve criar um critério de uso para a verba com taxi; termina explanando sobre a Comissão Gestora que está sendo construída e que é composta por ele e pelo Conselheiro Juraci, e tem como colaboradores Edwiges, Jaqueline, Edson e Geraldo; Maurílio pergunta se pode participar e Cristiano informa que a reunião é as segundas-feiras às deztoito horas; Marília lembra que em abril de 2003 o setor jurídico norteou propostas de modificação no MUORF e a coordenação jurídica do CFP as encaminhou para a APAF; essas mudanças estão em estudo; Janne considera fundamental identificar os problemas que precisam de urgência para serem resolvidos; Viviane questiona quanto ao credenciamento de fiscais, qual é o posicionamento para se evitar alguns problemas de exposição inadequada que já ocorreram na Subsede de Campos; quer saber se o que se quer é que o conselheiro se torne fiscal e se aproxime da tarefa junto com o funcionário dentro da Subsede;



Vê que o ambiente da Subsede é diferenciado e se pergunta se isso não será um complicador; Cristiano responde que é isso que ele faz, o manejo político e administrativo; sabe que cada local tem sua questões específicas e acha que essa articulação ajuda os conselheiros a se aproximarem das movimentações políticas; Viviane complementa informando que a fiscal Lilliane participa das reuniões da COF e repassa as informações para o grupo, mas esta só toma as decisões se estiver na Sede; finaliza comentando que a estrutura parece estar desintegrada; Cristiano responde que é justamente por isso que o setor aponta a importância do Conselho poder ser aproveitado, pois não há como um conselheiro apenas conseguir, por exemplo, fiscalizar todos os DEGASES; Vanda se preocupa com o papel de fiscal e levanta que as Comissões Gestoras das Subsesdes precisarão de preparo; Maurílio pergunta se os pontos focais vão seguir as mesmas regulamentações das Comissões Gestoras das Subsesdes; aponta também a necessidade de um posicionamento, que facilitará na articulação e, por exemplo, na triagem na hora de ouvir e receber as denúncias, evitando a questão da denúncia vazia; Denise informa que as demandas do ponto focal de Macaé estão sendo direcionadas para a Subsede mais próxima, Campos dos Goytacazes e aponta a necessidade de mão-de-obra para dar vazão; José Henrique questiona se a proposta da Comissão Gestora é ter representantes em cada localidade; aponta que é interessante verificar como funciona em outros Conselhos Regionais; Luciana indaga se o ponto focal já está instituído e se a presença de Subsede no local já está próxima; informa que no ponto focal de Macaé já tem uma equipe com cinco psicólogos, que estão levantando as demandas da região de Macaé, Quissamã e Rio das Ostras; as questões são esmiuçadas com o grupo para serem levadas à Subsede de Campos e depois, trazidas à CIRJ; pesquisou em outros regionais como funcionavam os pontos focais e descobriu que o trabalho é integrado com a COF; Jose Novaes aponta que primeiro é necessário saber o que é MUORF e aponta que este estabelece que a Comissão Gestora possua dois conselheiros e colaboradores; por fim, indaga o motivo da Comissão Gestora não poder realizar o feito; a fiscalização pode ser efetuada por conselheiro, desde que esteja credenciado, o que fortaleceria o trabalho dos fiscais, o que não implica que o mesmo tenha um papel político; devido à precariedade atual da COF, acha que não se deve separar a ação política e a fiscalização; assim, um conselheiro pode acompanhar o fiscal; Cristiano aponta que a precariedade é oriunda de uma ausência de funcionalário que possa gerenciar o trabalho cotidianamente; acha necessário que este fosse um psicólogo, mesmo que o cargo não seja de confiança, pois teria mais entendimento das decisões, construções de relatórios e outros; complementa que, pelo menos se garante o atendimento telefônico diariamente; Helena elogia a apresentação e concorda com as propostas; coloca que o problema já veio do Plenário anterior; complementa que deve-se atentar à questão da orientação pois, para se atender a mais demanda, será necessário aumentar o número de fiscais; apóia a indicação da Zarlete e aponta que o nome já foi apontado na gestão anterior; finaliza assinalando a retomada das reuniões entre a COF e a COE, ciclo que foi interrompido; André estende o elogio e enfatiza a discussão sobre os conselheiros fiscais, pois não sabe se há impedimentos ou questões éticas para a fiscalização; finaliza destacando a importância do assunto ser estudado a fundo; Cristiano acha fundamental que os colaboradores da COF articulem-se com outros grupos de trabalho que abordam temas transversais. Helena sinaliza a Comissão de Direitos Humanos e que os fiscais devem participar das palestras para conhecerem as ações políticas e vice-versa; Cristiano complementa que há uma proposta de se acolher os grandes temas para se debruçar no assunto e haver um planejamento da COF sob esses temas, para evitar que só se receba e trabalhe denúncias, numa ação fiscalizadora e



punitiva. Marília lembra da reunião da reunião em Brasília, no dia oito de novembro, que deve gerar novos documentos e

propõe que o Cristiano vá e traga o resultado dessa reunião; **Deliberação:** Plenário referenda que a COF,

representada pelo conselheiro Cristiano, traga as informações atualizadas, oriundas da reunião em Brasília, como

ponto de pauta na próxima Reunião Plenária; **2.1.2 Indicação dos representantes da Comissão de Orientação e**

Fiscalização: é apresentada a composição da Comissão: indicação do conselheiro Cristiano Rodrigues de Freitas

como Presidente da Comissão e dos psicólogos Edson Campos Furtado (CRP 05/45630), Edwiges Carneiro Sant'Anna

(CRP 05/38463), Jacqueline Pereira Lopes (CRP 05/32918) e Geraldo Arte (CRP 05/18107) como membros

colaboradores; **Deliberação:** o Plenário aprova, com portaria retroativa à 28 de setembro de 2013; **2.2. Comissão**

de Orientação e Ética – COE: Indicação dos representantes da Comissão: é apresentada a composição da Comissão:

indicação da conselheira **Marcia Ferreira Amendola** como Presidente da Comissão e dos conselheiros **José Henrique**

Lobato Vianna e Patrick Sampaio Braga Alonso como presidentes das Comissões de Instrução I e II,

respectivamente. Deliberação: o Plenário aprova, com portaria retroativa a 28 de setembro de 2013; **2.3. Grupo de**

Trabalho Nacional para evidência da Resolução CFP 018/02: Conceição traz um resumo do histórico do Grupo de

Trabalho; informa que o GT elaborou um documento com dez ações propostas, que foi apresentado na APAF de

maio de 2013 e foi aprovado; complementa que se pretende realizar o II Encontro Nacional dos psicólogos Negros

em Pernambuco e que a proposta é dar visibilidade à resolução a respeito do preconceito e da discriminação; o GT

tem em sua composição **Maria Lúcia de São Paulo e Marilda do CFP;** aponta a importância do tema ser defendido na

APAF para que esse trabalho continue a sensibilizar e envolver mais regionais no debate; fundamenta a importância

do envolvimento do sistema conselhos nessa temática, pois o trabalho não se esgota nesses pontos de discussão;

sugere pautar na reunião entre COE e COF a organização de uma oficina sobre o assunto; sinaliza a decima ação do

documento, que propôs a realização de uma oficina nacional para tratar da sensibilização quanto ao racismo;

continua informando que existe uma dificuldade em pautar a questão, pois o racismo é institucional – aponta o

fracasso das instituições de encaminhar essas demandas e atender a população que sofre com a questão

racial e a necessidade de fomentar esse trabalho com os psicólogos; Vanda complementa informando que ocorrerá,

na Subseção de Nova Iguaçu, um Cine debate sobre as relações raciais e terá que ter a própria Conceição como

convidada; **Sem deliberação. 2.4. Comissão Intergestora de Regionalização e Descentralização - CIRJ: 2.4.1.**

Participação de representantes das Subseções e colaboradores): Viviane inicia expondo que os

colaboradores das Comissões Gestoras participavam das Reuniões Plenárias anteriormente; informa que a CIRJ

reuniu-se para a escolha de seu coordenador e aproveitou-se para discutir o assunto, do qual traz a seguinte

proposta: que cada Subseção tenha ao menos dois representantes presentes em cada Reunião Plenária; caso o

conselheiro não possa estar presente, que este possa ser substituído por dois colaboradores, que não terão direito a

voto, mas estarão presentes para garantir a voz; informa que a reunião da CIRJ sempre antecede a Reunião Plenária

e aponta o quanto essa participação será motivadora para o colaborador que tiver direito à presença para

acompanhar o desdobramento das discussões; Juraci pergunta se a indicação é para que um colaborador substitua

cada conselheiro e Viviane corrige informando que a proposta é que dois colaboradores o substituam; Jose Novaes

informa que a proposta já foi votada na Reunião Plenária de abril de 2011 e propõe que se coloque um adendo na

deliberação anterior, pois naquele momento não havia conselheiros em todas as Subseções e, para permitir a



participação, é que se levantou a questão; agora, todas as Subsedes, até as que estão em construção, já possuem conselho; assim, traz a proposta da Diretoria Executiva: quando nenhum dos conselheiros puder comparecer à Reunião Plenária, deverá ser indicado um colaborador da Comissão Gestora para participação; Marília argumenta que a estratégia de participação de colaboradores implicaria em retornar o modelo de Plenária Ampliada e complementa que a preocupação de assegurar a presença das Subsedes na Reuniões cria um artifício que não justificaria tal presença; Viviane contesta que a justificativa não se sustenta e pergunta qual seria a maior implicação do colaborador estar presente na Plenária; levanta outra questão de que a solicitação vem de todas as Subsedes e que a discussão impactou essa avaliação de participação; Helena levanta uma dúvida no posicionamento, pois a situação cria uma mistura entre o colaborador e o conselheiro, que não necessariamente ajuda na democratização do Plenário; informa que a vivência dessa participação foi muito boa, mas há diferenças entre conselheiros e colaboradores que se deve considerar; Marília sinaliza que deve se criar uma boa estrutura para dar suporte aos colaboradores e fortalecer o fórum das Subsedes e quer ouvir mais e se comprometer para garantir que se tenha sempre uma representação das mesmas, mas pergunta se precisa estar atrelado à Reunião Plenária, uma vez que se cria confusão, se não houver algumas distinções para o Plenário não se perder mais adiante; Denise aponta a dimensão do que é uma Reunião Plenária e a importância de se interar do que se discute e acha que se deve pensar em formas para que não haja apenas uma voz das Subsedes; por isso levanta a participação sempre de dois representantes; Alexandre Trzan comenta que, vertido na vivência anterior, pode dizer que trazer o colaborador sem discussão traz complicações; informa que a Reunião Plenária é um espaço deliberativo e que eventos e outros espaços são mecanismos para a aproximação; aponta a falta de comunicação e fortalecimento das reuniões das Subsedes e que a substituição deve ser feita por um colaborador apenas; Vanda questiona se é falta de fortalecimento ou uma fragilidade das Subsedes e diz que é uma questão de interesse da gestão como um todo; para manter o fórum, foi decidido a presença de dois conselheiros em cada Subsede, pois as demandas regionais estão aumentando e aponta a necessidade de representação de dois colaboradores, pois o colaborador sozinho não tem voz e haverá uma fragilização na gestão; complementa que as Subsedes não possuem estrutura, o que já se torna difícil para realizar o trabalho e pede que as pessoas estejam nesse lugar para participar do crescimento; declara que a Reunião Plenária não é só deliberativa, mas é um espaço para discussão política, também; é favorável à presença de dois colaboradores porque já estão fragilizados nas regiões do interior; Cristiano relata que fazer hoje uma apresentação razoável só foi possível por causa de sua experiência como colaborador, e a conquistou sem ter que participar das Plenárias; diz que circulava na instituição e sabe de seu funcionamento; quando participou das plenárias ampliadas pode entender o mecanismo dos encaminhamentos, mas essa presença não é suficiente, pois existem espaços mais apropriados no CRP-RJ; quanto à fragilidade das Subsedes, afirma que a solução não está na Plenária e questiona que tipo de fragilidade está em jogo; lembra que as Subsedes possuem voz através da CIRJ, também; Jose Novaes levanta que foi decidida a presença no Plenário de dois conselheiros para cada Subsede e outros representando as regiões não contempladas politicamente, para fortalecê-las e para que o Conselho possa se aproximar da categoria; verifica a necessidade de diminuir a diferença entre os conselheiros efetivos e suplentes e questiona de que forma isso deve ser feito; aponta que há as limitações legais que implicam a diferença entre conselheiros (complementa que quem responde pelas ações do Conselho é o conselheiro) e colaboradores e, por



isso, não se pode acabar com essa distinção; Janaina lembra que uma forma de fortalecer é que os colaboradores

venham às reuniões da Comissão de Direitos Humanos, que atravessa quase todas as questões das Subsedes; Janne

complementa que o papel do colaborador é circular; José Henrique lembra que o XIII Plenário traz de forma

pungente a questão das Subsedes e já escutava a fala crítica da presença da Sede mais efetiva nas Subsedes; propõe

então uma aproximação da Diretoria e da COF com as Comissões Gestoras das Subsedes e com a CIRJ; Vanda

aponta que as fragilidades são materiais e humanas, como a falta de preparo dos psicólogos da Região; Viviane

informa que a construção vem quando se consegue as frentes de colaboração para poder circular nas comissões

mas, quando consegue construir uma rotina, o colaborador local não tem como trazer essa informação para a Sede

e não sustenta por muito tempo o trabalho; Denise aponta que a Subse de Campos tem a perspectiva de afinar o

trabalho com a Sede, para amadurecê-lo; Alexandre Trzan reconhece que Vanda traz, nos últimos três anos, o

afastamento das Subsedes; reforça que é possível fortalecer a presença nas Comissões sem a Reunião Ampliada,

aponta que existem outros mecanismos para tanto e finaliza sugerindo que esse fortalecimento seja ponto de pauta

em reunião futura; Marília lembra que a próxima Reunião é para o Planejamento estratégico e propõe que se avalie

o quanto esse Planejamento dá conta dessa aproximação com as Subsedes; lembra que a reforma das mesmas já

está em sendo encaminhada e José Henrique finaliza levantando que o Planejamento precisa de foco; José Novaes

inicia a votação das propostas apresentadas pela CIRJ e pela Diretoria Executiva e o resultado é de empate, com

nove votos para cada proposta e quatro abstenções; Janne abre o seu voto e diz que há uma importância subjetiva

na valorização das Subsedes; não vai se resolver o problema apresentado agora, mas é importante se debrugar

sobre os mesmos; André abre seu voto e é a favor da CIRJ porque a questão levantada pela Vanda é importante e

deve ser trazida para discussão em outro momento; **Deliberação:** Diante do empate, o Plenário refere que este

ponto de pauta retorne em dezembro. **2.4.2. Escolha do presidente da CIRJ:** a Comissão sugere o nome da

conselheira Agnes Cristina da Silva Pala (CRP 05/32409) como presidente da CIRJ; **Deliberação:** O Plenário aprova;

2.5. Comissão Regional de Direitos Humanos – CRDH: 2.5.1. Informes da Comissão: Janne informa pretender que o

funcionamento da Comissão seja convertido em mini-seminários internos e em rodas de conversa, talvez de dois em

dois meses, e que fará uso de outros recursos; informa que pretende realizar um seminário externo anual e que a

data ainda será discutida; aponta que no ano de 2014, com os 50 anos da ditadura civil-militar, a comissão vai

articular as temáticas específicas às resistências ao golpe, tanto nas rodas de conversa, nos mini-seminários, no

seminário externo, associando filmes, teatro, mostra de fotografia e outros, quanto em eventos específicos; traz

propostas para discussão em Reunião Plenária: a discussão sobre a possibilidade de criação de Comissões Especiais

(Helena destaca a de Educação); discussão da importância da participação da CRDH (e da própria representação do

CRP-RJ) em Manifestações Políticas Suprapartidárias, Fóruns, Eventos, Congressos, pois esse intercâmbio traz

visibilidade para a Comissão e o Conselho; no âmbito da Comissão, traz para discussão a criação de um ou mais

Grupos de Trabalho especiais e integrados, funcionando sob o abrigo da comissão, durante um ano, para maior

fortalecimento do trabalho e integração, sugerindo Relações Raciais e Questões de Gênero e Diversidade Sexual e

Identidade de Gênero; Discussão sobre a autonomia das Comissões Permanentes (discutir, especificar e tornar claro

para os funcionários); necessidade de maior apoio da (administrativo e técnico) à CRDH; quanto aos colaboradores,

informa que a Comissão necessita de dez ou doze (incluindo os que participam dos grupos de trabalho) e aponta a

ma



importância desses para a dinâmica do trabalho; Helena informa que se deve agrupar algumas demandas das Comissões Especiais, mas considera interessante manter as Comissões de Saúde, Educação e Justiça, pois são pontos de reconhecimento da categoria, mas devem estar articuladas com a CRDH, conforme avaliou na terceira reunião do qual participou; aponta que já se possui um grupo de psicólogos que tem histórico no Conselho para sugerir a participar dessas comissões, que amadureceriam ao longo do trabalho; Marília questiona qual a função dos GTs da CRDH propostas e não consegue imaginar que na CRDH não haja representantes da COE e da COF; Helena informa que Marinaldo, do Sindicato, propôs-se a participar, ajudando a construir junto com essas forças; Cristiano, preocupado com o inchaço de colaboradores, sugere aproveitar os de outras comissões; informa ainda que a COF possui dois colaboradores da sistema penitenciário e os indica para participar das reuniões da CRDH; Janne concorda que se pode compartilhar os colaboradores, mas com cuidado para não haver ultrapassagem das horas; Jose Novaes aponta o cuidado de não se transformar a relação dos colaboradores com o conselho em relação comercial, pois é uma relação política e de militância, e não de compra e venda de trabalho; aponta ainda que se deve, antes de se chamar os colaboradores, verificar a que temas estão ligados, que possam se transformar em comissões mais adiante; Janne e Luciana informam que estão tendo tal cautela; Helena complementa que a formação de um grupo de trabalho vem de um longo processo de discussão a partir de uma demanda de se criar espaços específicos; complementa que a CRDH não é espaço suficiente para todos as discussões; finaliza apontando a importância dos informes de funcionamento dos GTs, pois sem acompanhamento os eixos de luta são abandonados; Luciana acrescenta que se deve reconhecer o que une as minorias para unilas; Jose Novaes informa que não há tempo hábil de votar a criação das Comissões de Educação, Saúde e Justiça. **Deliberação:** Plenário referenda que, se achar por bem a criação das Comissões na Reunião de Planejamento Estratégico e o mesmo apontar a necessidade, que estas sejam referendadas; **2.5.2. Solicitação de custeio para participação de representantes do CRP-RJ: Indicação para o Fórum Permanente Unicamp – Medicalização da Vida das Crianças e Adolescentes (22/11/2013):** Janne informa que a presidência do fórum enviou carta convite referendando o nome da conselheira Maria Helena do Rego Monteiro de Abreu para representação do CRP-RJ; complementa que o trabalho já vem sendo desenvolvido no fórum e no Conselho; Helena esclarece que já é a representação no fórum que ocorre uma vez ao ano; **2.5.3. Indicação para o II Encontro Nacional de Psic. Negros e Pesquisadores (01 a 03/05/14):** Janne informa que a conselheira Maria da Conceição Nascimento quer participar do evento citado e lembra que esse pedido de apoio já tinha sido aprovado na gestão anterior, com a ida de dois palestrantes, porém o evento foi adiado várias vezes; informa que, além da ida no Encontro, também a ida à Reunião de Organização do mesmo foi aprovada; informa que a Comissão referenda essa luta, pois à discussão desse eixo falta visibilidade; finaliza dizendo que é uma questão nacional e aponta a importância do CRP-RJ em se envolver nessa luta. **2.5.4. Indicação para o Fórum Internacional de Direitos Humanos (10 a 13/11/2013):** Janne informa que o conselheiro Rodrigo recebeu um convite da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para indicar um representante para participar da organização do fórum; Jose Novaes pergunta se a comissão pensou na importância da presença nesse fórum e Janne informa que a Comissão entende que não é uma prioridade, mas, como a data está próxima, a decisão se tornou emergencial e indica o nome do conselheiro Alexandre Nabor Mathias França.

2.5.5. Indicação para Participação no II Encontro Nacional de Redes de Atenção Psicossocial do SUS (03 04 e



05/12/2013): Janne informa que o conselheiro Maurílio Machado Marchi representou o Conselho no Encontro

Estadual; Maurílio informa que participa há cinco anos do Conselho e que é difícil defender a palavra saúde;

Cristiano lembra que a saúde está integrada ao fórum permanente do sistema penitenciário e informa que em

outubro foi aprovada a "Política de Estado para a Saúde do Sistema Penitenciário"; aponta a interface dos direitos

humanos com a justiça e informa que, em reunião do DEGASE, foi indicada a formação de um grupo de trabalho que

englobe tudo isso. Acha que a discussão deve ficar alocada em direitos humanos; Janne aponta que não vê a

interface da Saúde com os Direitos Humanos, que não é claro com a justiça e que precisa de tempo para fazer esses

links; lembra que a intolerância racial, sexual e religiosa matam; Jose Novaes informa que receberam um relatório

da reunião de direitos humanos com a sugestão dos eixos acolhidos e que talvez fosse possível trazer alguns grupos

de trabalho já encerrados; Janne responde que precisa discutir a interface e Novaes lembra que todas essas

propostas dever ser apresentadas no Planejamento Estratégico; Maurílio aponta que o encontro está pleiteando a

integração com os direitos humanos e está lidando com problemas como ameaças e intervenções; informa que na

quarta-feira haverá a eleição do conselho municipal de saúde de Macaé e aponta a necessidade do conselho estar

engajado no papel político de alavancar todo o município; informa que o apoio do CRP-RJ é um grande passo para a

Regionalização; lembra que o encontro é um espaço para articulação; **Deliberação:** O plenário aprova todas as

indicações, por unanimidade. **2.6. Comissão permanente de Licitação:** Cláudia informa sobre o certame para o

serviço de táxi: na primeira sessão, ninguém se apresentou e foi marcada a segunda sessão para o dia treze de

novembro, às quatorze horas; foi necessário marcar com mais adiantamento pela necessidade da presença do Roner,

que está de férias; quanto à telefonia, uma empresa compareceu à primeira sessão e a segunda convocação, através

de convite, contou com a presença de três empresas, que não conseguiram comprovar e atender duas exigências do

edital; abriu prazo para adequação e marcará nova sessão para abertura dos envelopes; informa que o certame para

o serviço de segurança será no dia sete, na modalidade concorrência; quanto ao certame para o serviço de Ticket, já

está em processo de homologação do contrato; sobre o certame para o Plano de Saúde, informa que já se possui o

Projeto Básico, mas não tem a licitação; quanto ao mobiliário, fez uma primeiro levantamento e percebeu que se há

estava contemplando a compra de um ou dois itens; por isso, o Paulo Henrique enviou um e-mail para verificar se há

outros itens a serem pedidos pelas Subsedes; em relação ao material eletroeletrônico, já está em andamento e num

segundo momento; com relação à obra da Sede, informa que o Projeto Básico já possui um esboço, um estudo

preliminar e é solicitado que esse projeto seja trazido para ser explanado a todos e se ter um entendimento; Viviane

informa que não recebeu o e-mail e Cláudia informa que vai verificar a quem foi enviado; Vanda sugere que este

seja enviado em cópia aos conselheiros, além dos funcionários; solicita que alguém com entendimento do projeto

básico vá as Subsedes para conversar sobre as obras que ocorrerão nas mesmas; Cláudia afirma que o projeto básico

deve ser feito pelo próprio setor – pode combinar a visita mas, segundo a lei, é expertise do setor; Denise aponta a

necessidade de se pensar na compra de uma sala para a Subsele de Campos, devido aos problemas com o aluguel,

para se ter maior segurança; complementa que é importante pensar no local, pois é de circulação dos psicólogos;

entende que a Subsele está bem localizada e que o espaço é adequado; também aponta a necessidade de mais um

fiscal no local; Juraci esclarece que, para se pensar em compra de uma sala, deve ser pensado todo o sistema,

inclusive a Sede; Alexandre Trzan sugere pautar essa compra num outro momento e pergunta em que momento do



Projeto Básico se poderá dar sugestões e idéias para o Projeto; quer saber quando entram essas orientações; Claudia informa que é a gerencia o setor responsável pela solicitação de realização da obra e que está vendo isso; informa que o Projeto Básico é anterior à licitação e que se vai precisar de um especialista em arquitetura ou engenharia para fazer o Projeto; Rodrigo pergunta se um contato com o CREA não facilitaria; Marília pergunta qual avaliação da Claudia em relação às exigências para a contratação da telefonia, se estas são razoáveis; Claudia responde que sentiu falta de um respaldo jurídico, pois a advogada Célia saiu no meio do certame; informou que a empresa deve apresentar o atestado de capacidade técnica, mas as empresas participantes não tinham para telefonista; na lei aponta-se os 'serviços de mesma natureza' e esse é o questionamento; como ficou na dúvida e não tinha respaldo, não aceitou-se; outra questão foi o reconhecimento de firma nas assinaturas, que gerou um impasse; Marília pergunta em relação ao certame de segurança, se foi exigido que os profissionais contratados passem por uma avaliação sazonal; Claudia disse que vai verificar como é feita essa cobrança à empresa; Marília continua comentando que o responsável pelo setor de informática informou que, para a licitação de eletroeletrônico, não apareceu ninguém que cobrisse todos os itens e quer saber se o processo foi desmembrado; Claudia informa que na primeira sessão, não apareceu nenhum interessado e na segunda, apenas uma empresa que não supria todos os itens e que agora poderá ser comprado sem licitação; informa que os computadores foram comprados em outro processo; Marília levanta a possibilidade de se criar uma Comissão Especial para a Obra da Sede e Claudia informou que acha interessante, pois está assoberrada e, por isso, será bom ter com quem dividir esse peso; Janne pergunta se a entrega de documentos é presencial, especificamente no certame de telefonia, e se não se viu a possibilidade de pedir uma cópia da documentação e pergunta se isso não é comum no processo licitatório; Claudia informa que, segundo a lei, não se pode entregar a documentação antes, deve ser entregue em envelope lacrado e aberto na frente de todos os concorrentes; Claudia apresenta uma tabela detalhando as modalidades, as etapas e prazos: a primeira etapa é interna e a segunda, seria a partir da publicação; quanto aos prazos, depende que os setores envolvidos na primeira etapa se esforcem; comenta que, quanto à dotação orçamentária, efetuada pelo Roner, ele se propôs a realizá-la no mesmo dia de recebimento do processo pelo setor; calcula que a primeira etapa dure em torno de trinta e dois dias; somando tudo, quatro meses, no mínimo; José Novaes pergunta porque a licitação está na modalidade de concorrência e qual é o valor máximo para a modalidade; continua informando que se teve um problema na licitação anterior por causa da prorrogação e questiona se não há outra modalidade que se encaixe melhor; Claudia informa que o parecer jurídico diz que não pode usar a prorrogação como parte do contrato; disse que quando assumiu só estava o certame e optou-se por fazer como estava por causa do tempo; futuramente pode ser feito de forma diferente; Marília propõe que seja realizada uma reunião entre a Comissão de Licitação, a Diretoria, a Assistência Jurídica e a gerência, com a presença do Roner, para decisões dos procedimentos internos a serem utilizados para a Comissão funcionar; Claudia informa que vai marcar a reunião; Janne levanta, da Plenária passada, a questão jurídica dos pareceres: o departamento deve criar condições de se ajustar dentro da lei, e não o contrário; tem a impressão que a resposta do setor é sempre negativa e a Comissão de Licitação é que tem de se adaptar; pergunta se o advogado do conselho não consigne assessorar; Claudia informa que conversou com o José Novaes sobre essas dificuldades; aponta que os advogados de outros conselhos fazem mais sugestões (verificando as brechas e a jurisprudência); **Deliberação:**



Plenário referenda que a Comissão de Licitação convoque uma reunião com a Diretoria Executiva, a Gerência, a Contabilidade e a Assessoria Jurídica; 2.6.1. Indicações para os Conselhos Municipais: - Assistência Social de Campos dos Goytacazes: Giselle Pessanha Junqueira (CRP05/42592) e Evelyn Rebouças de Gouvea (CRP05/41205) como Titular e suplente, respectivamente; - dos Direitos da Mulher de Campos dos Goytacazes: conselheira Denise da Silva Gomes como Titular; - de Saúde De Mendes: Rogéria Cristina de Azevedo Villarinho (CRP05/37069) e Vanessa de Souza Brum (CRP05/42613) como Titular e suplente, respectivamente; - dos Direitos das Mulheres de Nilópolis: Mônica Valéria Afonso Sampaio (CRP05/44523) como Titular; - de Alcool e Drogas de Macaé: Diego Pereira Flores Iguagu: conselheira Vanda Vasconcelos Moreira como Titular; - de Saúde de Macaé: Diego Pereira Flores Iguagu: conselheira Ananda de Moura Resende (CRP05/35813) como Titular; como Titular e suplente, respectivamente; - dos Direitos da Pessoa Idosa em Nova Iguaçu: conselheira Denise dos Santos Malheiro de Sousa e psicóloga Regina Célia dos Santos e Silva (CRP05/25608) como Titular e suplente, respectivamente; - de Assistência Social em Nova Iguaçu: conselheiras Juliana Gomes da Silva e Viviane Siqueira Martins, como Titular e suplente, respectivamente; - de Saúde de Petrópolis: conselheira Simone Garcia da Silva e psicóloga Jostiane Oliveira Santos (CRP 05/44374) como Titular e suplente, respectivamente; - de Assistência Social em Petrópolis: Ismael Eduardo Machado Damas (CRP05/42823) como Titular; - de Saúde de Resende: Cláudia Rodrigues de Jesus (CRP05/44239) e Aúra Coutinho Almeida (CRP05/44998) como Titular e suplente, respectivamente; - de Saúde de Macaé: Alexandre Vasilenskaskas Gil (CRP05/30741) e Carla Boy de Siqueira (CRP05/26659) como Titular e suplente, respectivamente; - de Assistência Social de Resende: Thiago Guimarães Granqueiro (CRP05/36260) como Titular; - de Saúde de Vassouras: conselheiro Maurílio Machado Marchi e psicóloga Andrea Giordana Reis N. T. de Lima (CRP05/37793) como Titular e suplente, respectivamente; - dos Direitos da Mulher em São João da Barra: Michelle da Silva Motta (CRP05/31331) e Ebia Ribeiro Gomes (CRP05/37245) como Titular e suplente, respectivamente; - de Saúde de Piraí: Ana Paula Souza L. de C. Fernandes (CRP 05/37863) e Cláudia Pereira Abreu (CRP05/17293) como Titular e suplente, respectivamente; Deliberação: o Plenário aprova, com portaria retroativa a 28 de setembro de 2013; 2.6.2. Indicações para os Conselhos Estaduais: - de Assistência Social do Rio de Janeiro: Nathália Fernandes Valente CRP 05/39380 como Titular; - de Transição do Rio de Janeiro: conselheiras Janaina Sant'Anna Barros da Silva e Priscila Gomes Bastos, como Titular e suplente, respectivamente; - de Saúde do Rio de Janeiro: conselheiro Maurílio Machado Marchi como Titular; - da População LGBT: conselheiros Priscila Gomes Bastos e Alexandre N. Mathias França (CRP05/32345) como Titular e suplente, respectivamente; - de Políticas Públicas sobre Drogas: Valentin Heigl (CRP05/43927) e Jorgina Ferreira Vanderlei Soares (CRP 05/19997) como Titular e suplente, respectivamente; - de Direitos Humanos do Rio de Janeiro: conselheiro Alexandre Trzan Avila e psicólogo André R. de Oliveira Barbosa (CRP05/19996) como Titular e suplente, respectivamente. Deliberação: o Plenário aprova, com portaria retroativa a 28 de setembro de 2013; 2.6.3. Indicações para os Fóruns: - de População de Rua: conselheiro Rodrigo Acioil Moura como Titular; - dos Trabalhadores do SUAS: Thaís Vargas Menezes (CRP 05/33228) e conselheira Juliana Gomes da Silva como Titular e suplente, respectivamente; - da Criança e Adolescente em Duque de Caxias: Jaqueline dos Santos Soares (CRP05/41408) como Titular; - dos Direitos da Criança e Adolescente do Estado do Rio de Janeiro (FDCA-ERJ): conselheiro André Rangel de Oliveira Barbosa como Titular. Deliberação: o Plenário aprova, com portaria retroativa a 28 de setembro de 2013; 2.6.4. Indicação para Comitê de Prevenção e

Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro



combate à Tortura: Ana Cláudia Nery Camuri Nunes (CRP05/37443) e Paula de Melo Ribeiro (CRP05/36678) como Titular e suplente, respectivamente; **Deliberação:** o Plenário aprova, com portaria retroativa a 28 de setembro de 2013. Sem mais a acrescentar, a 538ª Reunião Plenária foi encerrada às 19 horas. //////////////////////////////////////

Conselheiro-Presidente

JOSE NOVAES

RODRIGO ACIOLI MOURA
Conselheiro-Secretário